



Os republicanos na Piracicaba imperial e o apoio ao Colégio metodista

Piracicabano¹

Thais Gonsales Soares²

Disputas no interior da província: a fundação do colégio e a aproximação do movimento republicano

O Colégio Piracicabano foi inaugurado no final do ano de 1881. A primeira iniciativa de abertura de uma escola protestante em Piracicaba é datada de 1879, entretanto, foi somente em setembro de 1881 que a instituição começou a funcionar efetivamente, em uma casa alugada. Cerca de dez meses após o início do funcionamento da escola, a *Gazeta de Piracicaba* (GP) noticiou os preparativos para a construção de um edifício para abrigar a instituição e em fevereiro de 1883, o jornal divulgava o evento de assentamento da primeira pedra do prédio, nomeado *Principal* (GP, 29 jul.1882:1; 11 fev.1883:1).

Durante a construção do edifício, críticas foram dirigidas à instituição e seus responsáveis pelo padre da cidade. De acordo com a *Província de São Paulo*, no púlpito da Matriz, o Padre Julio Marcondes teria chamado de “Judas” os pais que entregavam a educação de suas filhas a “verdadeiros lobos de outras religiões, que, encobrando seus vícios e corrupção com a pelle da ovelha têm-se introduzido n’esta população”, em clara alusão ao colégio metodista³ (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 28 mar.1883:2).

Vinte dias após o assentamento da pedra fundamental do Colégio Piracicabano, a *Gazeta de Piracicaba* divulgou a notícia da construção de um colégio católico, também direcionado para meninas, na mesma rua em que era construído o prédio para abrigar o colégio metodista. Tal construção, organizada pelo vigário da cidade, recebeu o apoio de 21 pessoas que se disponibilizaram a contribuir financeiramente com a edificação, de acordo com os agradecimentos publicados na sessão livre da *Gazeta de Piracicaba* (Cf. SOARES, 2014). Nas palavras do vigário, o novo colégio seria “um bom colégio para meninas” e representaria o “verdadeiro progresso” (GP, 12 ago.1882: 2).

Mesmo com a declarada oposição da elite católica, é possível identificar a partir da *Gazeta de Piracicaba* o apoio de líderes do movimento republicano paulista à instituição. Durante a cerimônia de lançamento da primeira pedra para construção do edifício do Colégio

1 Essa pesquisa é parte da dissertação intitulada *Representações de uma escola protestante na imprensa: Colégio Piracicabano (1881- 1886)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em 2014. Agência de Fomento: CNPq.

2 Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

3 Para detalhes sobre a repercussão dessa afirmação na imprensa, cf. Soares, 2014.

Piracicabano, a *Gazeta de Piracicaba* citava o nome de Manoel de Moraes Barros não somente como um dos presentes no evento, mas também como um dos incentivadores da abertura do colégio protestante na cidade:

Ante-hontem foi lançada a primeira pedra para a construção do projectado edificio onde há de funcionar o Collegio Piracicabano, essa esplendida luz que seus benemeritos fundadores tão generosamente fizeram raiar no vasto horizonte de nossa patria. (...)

Ao obsequio de um amigo devemos o historico do collegio, que com prazer transmittimos aos leitores. (...) a esse importante estabelecimento acha-se ligado um nome, cuja pessoa muito o tem auxiliado: é o sr. Dr. Manoel de Moraes Barros, a quem o sr. Newman e os demais amigos do collegio devem valioso acoroçoamento e relevantes serviços. (GAZETA DE PIRACICABA, 11 fev.1882:1)

Manoel de Moraes Barros foi um dos líderes republicanos em Piracicaba. Nascido em Itu em 1836, mudou-se para Piracicaba em 1857 ao ser nomeado promotor público e exerceu também os cargos de juiz municipal e delegado de polícia. Foi participante da Convenção Republicana de Itu, em 1873, momento da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), além de deputado provincial entre 1884 e 1885.

Entre os primeiros alunos matriculados no Colégio Piracicabano estavam quatro filhos de Manoel de Moraes Barros e dois de seu irmão, Prudente de Moraes Barros. Também nascido em Itu, em 1841, Prudente de Moraes mudou-se para Piracicaba em 1863, foi presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, deputado provincial em São Paulo nos biênios 1868-1869, 1878-1879, 1882-1883 e 1888-1889, e eleito Deputado Geral nos anos de 1885 e 1886.

Além da realização das matrículas de seus filhos no colégio, foram os irmãos Moraes Barros que receberam a primeira diretora da instituição, Martha Watts, em Piracicaba (BARROS, 1958:7-8). Essa amizade pode ser constatada também nas palavras da própria Watts, que durante as férias no ano de 1883 escrevia: “Eu tenho planos de passar uma semana no campo com a família do Dr. M. de M. Barros, e, quando voltar, devo colocar a escola em ordem para o reinício das aulas no dia 15 de janeiro” e ainda, “Devo também dizer que o presidente do Conselho da Cidade é um bom amigo nosso – Dr. Moraes Barros” (MESQUITA, 2001:53,55-6).

Os irmãos Moraes Barros não foram os únicos republicanos a se proclamarem favoráveis à instituição. Anos depois, Francisco Rangel Pestana se pronunciou na Assembleia

Provincial de São Paulo com relação a uma carta que a diretora⁴ do Colégio Piracicabano recebeu do Inspetor de Ensino da cidade, Abílio E. Vianna, em janeiro de 1887. De acordo com a carta, exigia-se que para a continuidade do funcionamento do Colégio Piracicabano era necessária a contratação de um professor para o ensino da religião oficial do Estado, além da exclusão dos meninos da referida instituição, principalmente os maiores de 10 anos, uma vez que tratava-se de uma escola para meninas. A defesa de Pestana ao Colégio baseou-se no seguinte discurso:

Homens importantes por suas luzes e por seu patriotismo, alguns dos quaes já illustram esta Assembléa, dão solemne testemunho do regimen e da moralidade d'aquella casa de educação.

O orador conhece jovens senhoras perfeitamente educadas alli, desde que estes exemplos coincidem com a opinião dos pais de familia, que são os mais competentes para avaliar os principios a que submettem a educação de seus filhos, está feita a reputação de um estabelecimento dessa ordem.

Seja quem fôr o inspector litterario de Piracicaba, praticando o acto que o orador vai moralisar, comprometteu os altos interesses da sociedade e particularmente os da provincia.

Esse funcionario, nas melhores intenções talvez, faz-se reaccionario, compromette em nome da religião do estado uma instituição util e justamente reputada pelos seus serviços na diffusão do ensino. (...)

Em um paiz onde se proclama que fechar uma escola é abrir uma prisão, não podem ser sancionadas essas medidas de rigor que a razão repelle e o nosso estado social não justifica. Quando prégamos a tolerancia dos cultos, não é em nome da religião do estado que se pode crear embarços dessa ordem, sobretudo quando as crenças religiosas d'aquellas directoras são a de grande parte da humanidade. (Discurso pronunciado por Rangel Pestana na Assembleia Provincial de São Paulo, sessão de 17 de Fevereiro de 1887. In: EXPOSITOR CRISTÃO, 01 mar.1887:1).

Como é possível observar no excerto acima, Pestana defende o “regime” e a “moralidade” do Colégio Piracicabano, afirmando conhecer senhoras educadas na instituição e classificando o inspetor como “reacionário” por exigir a contratação de um professor para ensino do catolicismo em um colégio protestante⁵.

Pestana era adepto do *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro de 1870, utilizava o jornal *Gazeta de Campinas* como um dos locais de defesa da forma republicana de governo e após 1875, foi um dos fundadores do periódico *A Província de São Paulo*, que tornou-se um dos veículos de suas ideias. Como destaca Hilsdorf, nos primeiros anos do periódico, os editores do jornal apresentavam ataques aos princípios monárquicos da centralização, reivindicando a descentralização política e administrativa para a província, juntamente com a

4 Mary W. Bruce, que substituíu a diretora Martha Watts, em férias nos Estados Unidos.

5 Para mais detalhes sobre a carta do inspetor e sua repercussão, cf. SOARES, 2014.

defesa dos interesses progressistas da Província de São Paulo, não declarando apoio à república, mas apresentando as críticas às instituições monárquicas (1986:42). Pestana foi eleito deputado pela província de São Paulo para os biênios de 1882-1883 e 1886-1887, sendo realizado no segundo deles o discurso citado acima.

A ligação entre as lideranças republicanas da cidade e a direção do colégio tornou possível a sustentação da instituição de ensino e a consolidação de relações interessantes para ambos os lados. Além do estabelecimento dos norte americanos na cidade e a possibilidade de realização do trabalho missionário por meio também da escola, não podemos desconsiderar o interesse das elites progressistas da região em se aproximarem do modelo político norte americano e seus ideais republicanos e liberais. Esse cenário de apoio republicano aos metodistas não foi um quadro restrito ao interior da província de São Paulo. Republicanos com influência no Rio de Janeiro também ofereciam seu apoio à obra educacional metodista⁶, assim como em Minas Gerais. Ademais, o apoio republicano não se limitava aos metodistas, se estendendo às demais religiões protestantes, como demonstra Gueiros Vieira (1980) ao analisar a relação entre republicanos e os colégios presbiterianos em São Paulo e também em outras regiões do país.

O apoio republicano aos protestantes no Brasil

Para a identificação de alguns aspectos que fundamentaram o apoio dos republicanos aos protestantes no Brasil, partiremos dos levantamentos apresentados nos estudos de Maria Lúcia Spedo Hilsdorf Barbanti (1977), David Gueiros Vieira (1980), Maria Stella Bresciani (1993) e Cesar Romero Amaral Vieira (2006). Ressaltamos que quando utilizamos o termo “republicano”, não estamos nos referindo a um grupo homogêneo. Em *O cidadão da República: positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930)* (1993), Bresciani realizou um levantamento das séries de enunciados das falas políticas republicanas, identificando nelas variantes entre o projeto liberal e também o positivista. Não é nosso objetivo discutir nessa comunicação tais variantes, de modo que partiremos de alguns eixos comuns dos grupos para uma tentativa de compreensão do cenário geral.

6 Peri Mesquida destaca: “No Rio de Janeiro, maçons republicanos como Joaquim Saldanha Marinho, advogado dos metodistas, o industrial José Luiz Fernando Braga, o jornalista João Baptista Lopes (*Jornal do Comércio*), o juiz Antonio Pedro Ferreira e o Capitão Custódio Laurindo Caldas, bem como outras pessoas de influência, deram sustento e estímulo à obra educacional metodista” (1994:130).

Apesar do movimento republicano não sugerir uma revolução ao país, apresentando suas propostas como opção para a realização de uma reforma pacífica, para não “convulsionar a sociedade”, a publicação do *Manifesto Republicano* em 1870, no Rio de Janeiro, trouxe consigo as críticas às instituições vigentes:

Neste paiz, que se presume constitucional, e onde só deveram ter acção poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do systema, que só há um poder activo, omnimodo, omnipotente, perpetuo, superior á lei e á opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável.

O privilegio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em synthese, a fórmula social e politica do nosso paiz – privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é, todas as distincções arbitrarías e odiosas que cream no seio da sociedade civil e politica a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos. (ALMEIDA E MELO, 1878:62)

Segundo o *Manifesto Republicano*, a decadência moral, a desorganização administrativa e as perturbações econômicas deviam-se a esse desequilíbrio de forças marcado pelo privilégio e pela ausência de representação nacional, resultado da inexistência de eleições livres. Para os signatários do *Manifesto*, a defesa da autonomia das províncias e a adoção da federação seria o único meio “capaz de manter a comunhão da família brasileira” (ALMEIDA E MELO, 1878:80).

De acordo com a análise de Bresciani, enquanto projeto civilizador, prevendo a “eliminação da criminalidade, a ampla difusão da instrução e o crescimento econômico apoiado no trabalho livre, em técnicas modernas e implementos agrícolas mecanizados e na implantação de indústrias”, os projetos republicanos compartilhavam ideias semelhantes com os partidos monárquicos, entretanto, as diferenças estavam marcadas na definição do melhor regime político a ser seguido (1993:124). Para os republicanos, todas as áreas da sociedade estariam comprometidas com a vigência da monarquia, que tinha como uma de suas características a ausência de liberdade. Vale destacarmos o seguinte trecho do *Manifesto*:

A liberdade de consciencia nullificada por uma igreja privilegiada; a liberdade economica suprimida por uma legislação restrictiva; a liberdade da imprensa subordinada á jurisdicção de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspecção arbitraria do governo e pelo monopolio official; a liberdade individual sujeito á prisão preventiva, ao recrutamento, á disciplina da guarda nacional, privada da propria garantia do habeas-corporis pela limitação estabelecida, taes são practicamente as condições reaes do actual systema de governo. (ALMEIDA E MELO, 1878:69)

Imprensa, religião, economia, ensino, eram algumas das frentes pelas quais os republicanos lançavam suas críticas e é nesse ponto que encontraremos por parte de alguns deles uma identificação com os Estados Unidos, pois, se na perspectiva republicana todos esses setores citados eram prejudicados pelo governo monárquico, restava então a alteração do regime político como alternativa para a melhoria do país. Tal alternativa seria o **federalismo**, como Vieira destaca:

A solução federalista norte-americana, com seu sistema de divisão de poderes, atraía tanto os propagandistas republicanos quanto os proprietários rurais, principalmente paulistas, que viam na descentralização do poder a possibilidade única para a manutenção de seus interesses particulares e garantia da unidade do País, ou seja, a manutenção da liberdade só se daria pela autonomia local e não por um poder central controlador. O federalismo era visto como o motor principal para a produção da liberdade, em oposição ao centralismo dominante na sociedade monárquica. (VIEIRA, 2006, p.73)

O federalismo era defendido não apenas pelos republicanos do Rio de Janeiro, mas também pelos paulistas. Entretanto, é necessário destacar que se o movimento não foi organizado por um grupo com ideias homogêneas na Corte, também não o foi na província de São Paulo.

O contexto de aumento de produção do café associado à ampliação da ferrovia sustentou no oeste paulista a prosperidade material dos agrossenhores em seus nichos locais e regionais, assim como a busca por uma maior representatividade política. De acordo com Percin, o café constituía em 1873 mais de 60% do valor exportado do país e, apesar da queda de preços entre 1874 e 1886, o reestímulo dos preços internacionais fez com que a produção continuasse a se expandir entre 1886 e 1890:

A busca de representatividade por parte dos agrossenhores do Oeste, a defesa dos seus interesses e o anelo por intervenção política nos quadros da Monarquia foram postos em evidência, à medida que se ampliavam as suas relações de poder no contexto do adensamento demográfico da região, assinalado pelas importantes comunidades urbanas. (PERCIN, 2004:37-8)

A falta de representatividade política teria estimulado a adoção de parte dos agrossenhores ao Partido Republicano, como foi o caso da adesão do Clube Radical de São Paulo ao *Manifesto Republicano* de 1870, convertendo-se então em Clube Republicano. Entretanto, um aspecto diferenciava o movimento no oeste paulista e na Corte: a questão

aboliconista. Como destaca Perecin, as ideias republicanas “não impediram que o oeste resistisse, até a década de 1870, à substituição do trabalho escravo pelo assalariado” (2004:37). O *Manifesto do Congresso Republicano* que expressava o pensamento republicano paulista, aprovado em 1873, definia que a questão da abolição deveria ser de responsabilidade do Parlamento e que, de acordo com o princípio federativo que deveria ser adotado, cada província agiria segundo seus interesses (PERECIN, 2004:43).

O Programa dos Candidatos do PRP criado no início da década de 1880, defendia a liberdade de ensino concebida em todos os graus, associada ao fim da hegemonia da instrução confessional católica. A escravidão era tratada enquanto fator econômico e por esse motivo, era defendida pelos grandes proprietários da província, seguida de um gradual emancipacionismo que teria como alternativa a substituição da mão de obra a partir da naturalização do trabalhador imigrante⁷. Outra questão fundamental apontada pelo Programa dos Candidatos do PRP foi a defesa do federalismo, que, assim como para os republicanos do Rio de Janeiro, perpassava todos os itens do documento (PERECIN, 2004:44-5).

Junto com a opção federalista, a imigração europeia foi outro aspecto defendido pelo movimento republicano. Bresciani afirma que, na perspectiva republicana, “na ausência de formas espontâneas de organização política dessa coletividade chamada ‘povo’, cabia aos cidadãos conscientes a tarefa de marcharem à frente da opinião para formá-la” (1993:133). Entre os cidadãos conscientes estariam os imigrantes europeus, que trariam consigo o conhecimento sobre o contrato de trabalho e a chance para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, em um período marcado pela transição entre mão de obra escrava e livre, os imigrantes foram vistos por esses setores da sociedade como uma alternativa para a escassez de mão de obra, mas também como possibilidade de progresso, uma vez que o trabalho era considerado um dos pontos principais para a organização social (Cf. NAXARA, 1998).

Podemos identificar a defesa do imigrante em artigo publicado na *Gazeta de Piracicaba* de 1882. Na seguinte passagem, o jornal faz alusão ao movimento migratório para a Argentina, comparando-o com as iniciativas existentes no Brasil:

A Gazeta de Campinas, tratando deste assumpto de real importancia para nós, em seu numero de 23 do corrente diz o seguinte: Quantas vezes temos dito: sirva-nos de exemplo a louvavel e patriotica actividade com que as republicas do Prata tratam de chamar a si a maior corrente possivel de emigração! (...) Apressando-se em

7 Apesar da defesa do PRP do emancipacionismo gradual, não podemos negligenciar a existência de alguns aboliconistas no grupo.

indagar as causas que levavam tamanha porção de estrangeiros a procurar de preferencia ao Brazil a Republica visinha, chegou ao conhecimento de que alli tratava-se sériamente da questão, e que tanto o governo como os particulares eram incansaveis em chamar ao territorio argentino essa onda de trabalhadores estrangeiros. Assim, pois, temos que para questões de colonisação aquella pequena Republica está muito mais acreditada que este grande imperio. (G.P., 26 nov.1882:1)

A existência do latifúndio, a associação entre vida civil e religião (prejudicando a vinda de adeptos de outras crenças) e a vigência da escravidão eram alguns fatores que dificultavam a atração de imigrantes ao país. A abolição gradual da escravidão com o fim do tráfico de escravos em 1850 e a Lei do Ventre Livre em 1871, tornou o problema da mão de obra uma das questões centrais da política nacional. Algumas ações da iniciativa privada e do governo provincial tiveram como objetivo a facilitação da vinda de imigrantes para o país: em 1883 foi criada no Rio de Janeiro a Sociedade Central de Imigração, que funcionou até 1891; em São Paulo, foi fundada em 1871 a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração para a Província de São Paulo e em 1886 a Sociedade Promotora de Imigração (OLIVEIRA, 2002:15-6).

A crítica ao catolicismo e a defesa da educação

Outro elemento de crítica presente no Partido Republicano Paulista era o catolicismo. A crítica maior dirigia-se à oficialidade da religião, como podemos notar no trecho abaixo, extraído da *Gazeta de Piracicaba*:

(...) Igreja ou religião oficial, é hoje cousa que o espirito moderno não pôde admitir, porque – official – tem laivos de imposição. Pense cada qual como quizer sobre o – absoluto, e não seja qualquer divergência de opinião motivo de perseguição e hecatombe, como ha sido; visto como as apreciações humanas têm o cunho da relatividade, e não ha quem possa scientificamente provar o – sobrenatural. Nada menos justo e equalitario, como a subvenção á uma religião, tirada dos impostos tributados a todos os contribuintes que professam idéas e têm crenças contrarias áquella. (G.P., 07 dez.1886:1)

Além da crítica à oficialidade religiosa, que fez com que muitos republicanos defendessem o casamento civil e a completa liberdade de culto e, conseqüentemente, recebessem o apoio dos protestantes estrangeiros no país, outro fator aproximou os dois grupos: a defesa da educação. Abaixo, um excerto do artigo publicado na *Gazeta de Piracicaba* intitulado *Utilidade da instrucção*:

(...) O instrumento da regeneração está em nossas mãos? A instrução sabiamente dada e indistinctamente derramada nas varias classes da sociedade destruirá as raizes dos males tão perniciosos que hoje lamentamos, e nos seus eixos naturaes collocará o mundo; assim as familias e os estados alcançarão os seus gloriosos destinos.

Reforme-se a instrução e ao mesmo tempo se reformará o genero humano. (G.P., 21 jan.1883:2)

Apontada como a possibilidade de regeneração da sociedade, a educação foi utilizada enquanto alternativa não apenas por políticos republicanos, mas também por jornalistas, padres, homens de letras, ministros evangélicos, proprietários e homens do povo (HILSDORF, 2007:61). Se a educação era defendida por uma parcela significativa da população, a grande discussão se dava sobre qual o melhor modelo a ser utilizado.

Em *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo*: um estudo de suas origens, Hilsdorf dedica-se, entre outras questões, a investigar as razões que levaram as elites progressistas paulistas a aceitar a criação e permanência das escolas americanas protestantes, chegando a considerá-las como modelos educacionais. Para a autora, a primeira razão a ser considerada é que o protestantismo “era visto como a versão religiosa dos novos ideais liberais e democráticos do século XIX” (1977:145).

Se o protestantismo era considerado como uma versão religiosa dos novos ideais liberais e democráticos, a associação entre catolicismo e monarquia também existia. De acordo com Vieira, os republicanos da província de São Paulo “direcionaram seu foco de atuação, não somente contra o regime político, mas também contra a Igreja Católica, já que estes dois poderes eram vistos pelos republicanos como faces distintas da mesma moeda” (2006:70).

Bresciani demonstra como a educação foi tema frequente nas discussões dos projetos republicanos publicados e debatidos na imprensa. Citando trechos de artigos de maio de 1887 da *Gazeta de Campinas*, que se sobressaiu como um dos mais importantes periódicos de São Paulo para a propaganda republicana antes da fundação de *A Província de São Paulo* em 1875, a autora destaca que na perspectiva republicana:

Em termos culturais, uma "educação pesada e restrita" fizera do povo um ente enfermo e inválido que só agora "apanhava de frente os raios benéficos da civilização". A política imperial quanto à instrução pública traduzia na prática sua própria contradição. De um lado, construíam-se escolas-palácios que davam a ilusão do progresso, de outro, nada se fazia em definitivo para eliminar a ignorância e a má-formação moral do povo.

Evidenciava-se dessa maneira o descompasso entre o pretense sistema representativo de governo e a política de ostentação, política incapaz de cobrir a "profunda e absoluta ignorância em que vivia a maior parte da nação". (BRESCIANI, 1993:131)

Foi entre essas críticas à política imperial para a instrução pública que a associação entre um novo modelo educacional e a possibilidade de utilização do modelo de educação norte americano tornou-se matéria de propaganda e debate. De acordo com a divulgação do projeto republicano por meio do jornal *A Província de São Paulo*, Mary Lou Paris identifica como proposta de educação recusada a ideia de deixar a educação entregue à direção da igreja católica. A autora aponta ainda que diversas foram as razões assinaladas pelo jornal para justificar a iniciativa particular na educação, entre elas o estabelecimento de “obstáculos à influência das ordens religiosas, criar alternativas à precariedade do ensino público e libertar o ensino da doutrina oficial, [...] até uma descrença generalizada na ação do governo, denotando pouco crédito na sua ação educativa” (PARIS, 1980:82).

Nesse sentido, Paris destaca que, na perspectiva republicana do jornal *A Província de São Paulo*, era a educação de responsabilidade dos particulares que formaria o cidadão, tanto no âmbito político (segundo os princípios democráticos), quanto no âmbito social.

Outro fator que deve ser considerado ao analisar a aproximação entre republicanos paulistas e protestantes foi a ligação estabelecida entre eles por meio da maçonaria. Ao estudar a implantação da educação metodista de origem missionária norte americana no Brasil, entre os anos de 1870 e 1930, Mesquida analisou as relações entre as elites progressistas e os protestantes norte americanos, destacando a importância das lojas maçônicas que principalmente na região oeste de São Paulo e na Zona da Mata, em Minas Gerais, eram os locais nos quais as elites intelectuais e políticas se reuniam. De acordo com Mesquida “As lojas funcionavam como centros de difusão dos ideais liberais e republicanos que circulavam numa parte considerável da imprensa” e a educação possuía um lugar importante em meio às discussões (1994:20-1).

A relação entre os ideais republicanos discutidos nas lojas maçônicas e em alguns jornais e a educação protestante se estabeleceu com base na ideia de que um novo contexto para o país necessitaria de outro modo para formar as novas gerações, “seja a nível de conteúdo, seja com relação aos métodos didático-pedagógicos” (MESQUIDA, 1994:48). Em *Americanismo e Educação* - um ensaio no espelho, Warde evidencia como os Estados Unidos foram vistos como um espelho no qual o Brasil deveria se inspirar, em oposição à Europa

envelhecida. Destaca como, a partir da independência de Portugal, a ideia de construção do povo brasileiro perpassava pela necessidade de instrução, trabalho e muitas virtudes. As comparações com os norte americanos, identificados como um povo possuidor de “representação popular descentralizada, a escola disseminada, o povo industrioso, livre, honesto, enfim, americanos autênticos”, evidenciavam a necessidade de investimentos em educação a partir do método de ensino adotado naquele país (WARDE, 2000:39;42). Assim, as escolas particulares de responsabilidade de americanos de confissão protestante, de positivistas e de cientificistas foram vistas por parte dos republicanos como o modelo a ser seguido. Em oposição a essas instituições estariam as escolas públicas monárquicas, de iniciativa privada comercial e a confessional católica, que consideradas corrompidas e atrasadas ofereceriam um ensino ultrapassado e incompleto (HILSDORF, 2007:62).

Desse modo, podemos identificar alguns aspectos que foram consideravelmente importantes para a aproximação entre republicanos brasileiros e protestantes norte americanos: a defesa do federalismo pelo movimento republicano, identificando o regime político norte americano como referência e a possibilidade de adoção do modelo norte americano de ensino para o país.

Conjuntamente a esses pontos abordados, outro aspecto deve ser destacado: o processo de emigração do sul dos Estados Unidos, ocorrido após o fim da guerra civil⁸. De acordo com Jones, cerca de 2700 americanos sulistas emigraram para o Brasil entre os anos de 1866 e 1868 (JONES, 1967, p.165). O período conhecido como *reconstrução*, marcado pelo fim da guerra civil trouxe mudanças consideráveis para o sul, fator que contribui para o aumento dos números referentes à emigração. Como destaca Junqueira,

Os antigos estados confederados passaram a ser governados por militares do norte e os nortistas também tomaram conta dos principais cargos políticos. Os funcionários sulistas que colocavam obstáculos à reconstrução eram demitidos. Era um caminho de reconstrução do país, sem dúvida, mas era um exercício imposto por uma derrota. (2001:88)

⁸ A guerra civil norte americana, também conhecida como Guerra de Secessão (1861-1865), foi motivada, entre outras questões, pela discussão sobre a manutenção ou abolição da escravidão no país. De modo geral, os estados do norte, com investimentos nas áreas comerciais e industriais, mantinham essencialmente o trabalho livre, enquanto os estados do sul defendiam a manutenção da escravidão enquanto base para a produção econômica da região. Em dezembro de 1860, os estados defensores da manutenção do regime (Texas, Louisiana, Mississipi, Alabama, Flórida, Geórgia e Carolina do Sul) declararam-se independentes do restante do país, adotando o nome de Estados Confederados da América. Após o início da guerra civil, em abril de 1861, os estados do Arkansas, Carolina do Norte, Virgínia e Tennessee uniram-se ao Confederados.

Entretanto, Gussi (1997) ressalta que nem todos os imigrantes norte americanos que chegaram ao Brasil nesse período estavam necessariamente vinculados à guerra e à Confederação, tendo em vista a heterogeneidade do grupo. Havia um líder nortista (Hasting), emigrantes contrários à escravidão, alguns que nunca haviam cultivado a terra, assim como profissionais liberais.

Além das dificuldades encontradas por alguns sulistas durante o processo de reconstrução, as propagandas realizadas nos Estados Unidos em prol da emigração para o Brasil é outro fator importante para o grande número de imigrantes atraídos ao país. Após o fim da guerra civil, foram criadas associações sulistas para o envio de agentes à ibero-américa, com o objetivo de verificar as condições para imigração nessas regiões e diversas propagandas foram realizadas destacando do Brasil. Mesquida ressalta que mesmo antes da guerra civil, entre os anos de 1822 até 1888, foram escritos aproximadamente vinte livros sobre o Brasil nos Estados Unidos:

O “sonho” brasileiro dos confederados (the confederate brazilian “dream”) foi alimentado nos Estados Unidos por uma propaganda favorável ao Brasil feita pelos viajantes americanos: missionários, marinheiros, aventureiros, que escreveram narrativas de viagens, artigos nos jornais e realizaram conferências públicas por toda parte, no sul do país. (MESQUIDA, 1994:35)

Como destaca Gussi, a abundância de terras no país era o centro principal das propagandas, que mostravam o Brasil como um país de terras a serem ocupadas. A abertura, a partir de 1868, de um escritório brasileiro de colonização em Nova Iorque, tendo Quintino Bocaiúva como responsável, além da criação da *Southern Colonization Society* e da *United States and Brazil Steamship Company and Co.*, que inaugurou uma linha de vapores entre Estados Unidos e Brasil favoreceram o processo de propaganda e emigração (GUSSI, 1997, p.87-90). De acordo com Hilsdorf, fatores de ordem sócio econômica tornaram-se atrativos importantes para a vinda dos imigrantes ao país:

Além da possibilidade de disporem de seus próprios serviços religiosos e pedagógicos, os emigrantes americanos deparavam, no Brasil, com outros atrativos de ordem sócio-econômica, oferecidos sobretudo pela Província de São Paulo: terra abundante e adequada às técnicas de cultivo que já praticavam nos Estados Unidos, clima ameno, semelhança de paisagem com a terra natal, produtos familiares, mão de obra de baixo custo e, sobretudo, grande interesse pela cultura do algodão – aspectos da economia da época especialmente significativos para os sulistas. (1977:87-8)

Grupos de imigrantes se estabeleceram no Rio de Janeiro, em São Paulo (principalmente nas cidades de Campinas e Santa Bárbara) e em algumas outras regiões brasileiras⁹. Nesse sentido, a presença de imigrantes sulistas foi um fator que favoreceu a vinda de missionários protestantes ao país. Dawsey destaca que no que se refere às ações da Igreja Metodista, “é um fato incontestável que a Igreja Metodista sulista dos Estados Unidos exerceu influência muito maior no metodismo brasileiro do que Igreja Metodista do Norte” (2005:198).

Destacamos então, além dos fatores de ordem sócio econômicas, a presença de imigrantes confederados no país como outro aspecto importante para a vinda de protestantes norte americanos, já que a presença desses imigrantes ofereceria um ambiente favorável a chegada de novos missionários.

Considerações

Como destaca Magalhães (2004), a integração da instituição de ensino em um quadro mais amplo do que o do sistema educativo, englobando-a em seu contexto e suas circunstâncias históricas, é um dos caminhos para compreender e explicar sua realidade histórica. Nesse sentido, justificamos a impossibilidade da análise dos debates referentes ao Colégio Piracicabano desassociada de estudos sobre o apoio de parte da liderança do movimento republicano de Piracicaba à instituição. Apoio este fundamental tanto para a sua criação como para a manutenção do funcionamento desta instituição escolar, em especial, durante a tentativa de fechamento de suas dependências, em 1886.

Fontes

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo: Typographia da Província de São Paulo. 1883.

EXPOSITOR CRISTÃO. Rio de Janeiro: Typ. Aldina.1887.

GAZETA DE PIRACICABA. Piracicaba: Typographia da Gazeta de Piracicaba. 1882;1886

Referências

9 Junius Newman, fundador da primeira Igreja Metodista no Brasil, foi pastor em várias igrejas nas regiões do Alabama e Mississipi, nomeado em 1865 para o trabalho no Brasil. De acordo com Dawsey, uma explicação concreta para a vinda do Newman para o Brasil é apresentada por Kennedy, que afirma que juntamente com o desejo de transmitir a mensagem do Evangelho, estava a tentativa de recuperação de seus recursos financeiros, perdidos durante a guerra civil norte americana (DAWSEY, 2005, p.183). Newman foi reconhecido oficialmente reverendo de Saltinho pela Junta de Missões da Igreja Metodista em 1875, dez anos após sua chegada no país.

ALMEIDA E MELO, Américo Brasiliense de. **Os programas dos partidos e o segundo Império**: primeira parte, Exposição de princípios, São Paulo: Tip. Jorge Seckler, 1878.

BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo**: um estudo de suas origens. 1977. 228f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 1977.

BARROS, Nicolau Moraes. **77º Aniversário do Colégio Piracicabano**: Oração proferida em homenagem a sua fundadora e diretora Miss Martha Watts por ocasião da festa comemorativa realizada aos 13 de setembro de 1958. São Paulo: Assumpção, Teixeira - Ind. Gráfica S/A, 1958.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930). In: **Revista USP**, Dossiê Liberalismo, n.17. São Paulo: Editora da USP, mar-mai 1993.

DAWSEY, James M. Os imigrantes sulistas e a missão metodista. In: DAWSEY, James M.; DAWSEY, John C.; DAWSEY, Cyrus B. (orgs.) **Americans**. Imigrantes do Velho Sul no Brasil. Piracicaba: editora UNIMEP, 2005. p.179-204

GUSSI, Alcides Fernando. **Os norte-americanos (confederados) do Brasil**: identidade no contexto transnacional. Campinas: Área de Publicações CMU: Unicamp, 1997.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. 1986. 343f. Tese (Doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1986.

_____. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

JONES, Judith Mac Knight. **Soldado descansa!** Uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jarde, 1967.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**. Bragança Paulista: Editora universitária de São Francisco, 2004.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**: um estudo de caso. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUITA, Zuleica. **Evangelizar e civilizar**. Cartas de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra**: representações do brasileiro. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PARIS, Mary Lou. **A educação no Império**: o jornal A Província de São Paulo. 1980. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1980.

PERECIN, Marly Terezinha Germano. **Os Passos do Saber**: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. O esforço para implantar o Ensino Técnico de Segundo Grau na Agricultura, 1891-1911. São Paulo: EDUSP, 2004.

SOARES, Thais Gonsales. **Representações de uma escola protestante na imprensa: Colégio Piracicabano (1881- 1886)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, SP, 2014. (144 f)

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. **Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na Reforma Caetano de Campos – 1890**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006. (204 f)

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

WARDE, Mirian Jorge. **Americanismo e educação: um ensaio no espelho**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 14, p. 37-43, 2000.